

# DIREITO PROCESSUAL PENAL

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Áreas do Direito

Data da atualização: 31.03.2025

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
<u>Código de Processo Penal</u>	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
<b><u>Lei Federal nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019</u></b>	Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. <b>Mensagem de veto 24 de dezembro de 2019 - Edição extra.</b>
<b><u>Lei Federal nº 13.827, de 13 de maio de 2019</u></b>	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para autorizar, nas hipóteses que especifica, a aplicação de medida protetiva de urgência, pela autoridade judicial ou policial, à mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou a seus dependentes, e para determinar o registro da medida protetiva de urgência em banco de dados mantido pelo Conselho Nacional de Justiça.
<b><u>Lei Federal nº 13.434, de 12 de abril de 2017</u></b>	Acrescenta parágrafo único ao art. 292 do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para vedar o uso de algemas em mulheres grávidas durante o parto e em mulheres durante a fase de puerpério imediato.
<b><u>Lei Federal nº 13.285, de 10 de maio de 2016</u></b>	Acrescenta o art. 394-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.
<b><u>Lei Federal nº 12.850, de 2 de agosto de 2013</u></b>	Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei no 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.
<b><u>Lei Federal nº 12.830, de 20 de junho de 2013</u></b>	Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia.
<b><u>Lei Federal nº 12.736, de 30 de novembro de 2012</u></b>	Dá nova redação ao art. 387 do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para a detração ser considerada pelo juiz que proferir sentença condenatória.

<b><u>Decreto Federal nº 7.627, de 24 de novembro de 2011</u></b>	Regulamenta a monitoração eletrônica de pessoas prevista no Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e na Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal.
<b><u>Lei Federal nº 12.483, de 08 de setembro de 2011</u></b>	Acresce o art. 19-A à Lei no 9.807, de 13 de julho de 1999, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.
<b><u>Lei Federal nº 12.403, de 04 de maio de 2011</u></b>	Altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências.
<b><u>Lei Federal nº 12.245, de 24 de maio de 2010</u></b>	Altera o art. 83 da Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para autorizar a instalação de salas de aulas nos presídios.
<b><u>Lei Federal 11.900, de 08 de janeiro de 2009</u></b>	Altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para prever a possibilidade de realização de interrogatório e outros atos processuais por sistema de videoconferência, e dá outras providências.
<b><u>Lei Federal nº 11.719, de 20 de junho de 2008</u></b>	Altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à suspensão do processo, emendatio libelli, mutatio libelli e aos procedimentos.
<b><u>Lei Federal nº 11.690, de 9 de junho de 2008</u></b>	Altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prova, e dá outras providências.
<b><u>Lei Federal nº 11.689, de 9 de junho de 2008.</u></b>	Altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências.
<b><u>Lei Federal nº 9.271, de 17 de abril de 1996</u></b>	Altera os arts. 366, 367, 368, 369 e 370 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.
<b><u>Lei Federal nº 9.113, de 16 de outubro de 1995</u></b>	Dá nova redação ao inciso III do art. 484 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

<b>LEGISLAÇÃO ESTADUAL</b>	
<b>LEGISLAÇÃO</b>	<b>EMENTA</b>
<b><u>Lei Estadual nº 8.500, de 30 de agosto de 2019</u></b>	Estabelece a obrigatoriedade de inclusão do número de IMEI em R.O. de furto ou roubo de aparelho celular.
<b><u>Lei Estadual, nº 8398, de 20 de maio de 2019</u></b>	Estabelece o procedimento de destinação de projéteis e outros objetos perfurantes extraídos de vítimas de ato violento nas unidades públicas e privadas de saúde, na forma que menciona.
<b><u>Lei Estadual nº 8381, de 18 de abril de 2019</u></b>	Modifica o § 3º do artigo 1º da Lei nº 8.008, de 26 de junho de 2018, que “institui o programa de atenção às vítimas de estupro, com objetivo de dar apoio e identificar provas periciais”.
<b><u>Lei Estadual nº 8374, de 10 de abril de 2019</u></b>	Estabelece o procedimento da notificação compulsória de violência contra o idoso na forma que menciona.
<b><u>Lei Estadual nº 8343, de 01 de abril de 2019</u></b>	Altera a lei nº 7.855, de 15 de janeiro de 2018.
<b><u>Lei Estadual nº 8328, de 29 de março de 2019</u></b>	Proíbe a divulgação de informações sobre investigações criminais por agentes públicos da área de segurança.
<b><u>Lei Estadual nº 8320, de 28 de março de 2019</u></b>	Dispõe sobre a recompensa do disque-denúncia na forma em que menciona e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7917, de 16 de março de 2018</u></b>	Dispõe sobre a permanência de preso provisório nas unidades do Sistema Penitenciário Estadual e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7855, de 15 de janeiro de 2018</u></b>	Dispõe sobre os registros de ocorrências, envolvendo instituições religiosas e seus praticantes, e a produção de dados estatísticos pela Polícia Civil e Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7190, de 05 de janeiro de 2016</u></b>	Torna obrigatória a informação sobre a condição de pessoa com deficiência vítima de crimes em registros de ocorrências e dá outras providências.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro  
**Secretaria Geral de Gestão do Conhecimento**

Departamento de Gestão do Conhecimento Institucional  
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: [seesc@tjrj.jus.br](mailto:seesc@tjrj.jus.br)